

O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção

The Forum of the Deans of Extension of Brazilian Public Universities: a social actor under construction

Maria das Dores Pimentel Nogueira

Pró-reitora Adjunta de Extensão da UFMG

Resumo

O presente texto analisa a trajetória do Fórum de Pró-reitores de Extensão (Forproex) das Universidades Públicas Brasileiras. Desde os primeiros encontros, iniciados no final da década de 1980, até os movimentos contemporâneos, o texto busca identificar as principais ideias que emergiram nos encontros e como se traduziram em diretrizes para a política extensionista das universidades brasileiras. No bojo dessas reflexões, insere-se uma discussão mais ampla sobre a universidade pública, seu papel e a forma como ela estabelece interface com a sociedade. Diante desses aspectos, permite-se afirmar que o Fórum de Pró-reitores de Extensão é um ator social em permanente construção, reconhecido no meio acadêmico, na esfera da administração federal e por entidades públicas e privadas como um interlocutor privilegiado no debate sobre a extensão.

Palavras-chave: Forproex, extensão universitária, universidade pública.

Abstract

This paper analyzes the history of the Forum of the Deans of Extension (Forproex) of Brazilian Public Universities. From the first meeting, started in the late 80's to contemporary movements, the text seeks to identify the key ideas that emerged from the meetings and how they were translated into guidelines for the extension's policies of the universities. In the midst of these reflections, it is placed a broader discussion about the public university, its role and how it interfaces with society. Considering these aspects, it can be affirmed that the Forum of the Deans of Extension is a social actor in permanent construction, recognized in academic environment, in federal administration's sphere and by public and private entities as a privileged interlocutor in the debate about the university extension.

Keywords: Forproex, academic extension, public university.

Introdução

Nas últimas décadas, especialmente a partir de 1980, tem-se presenciado, no cenário político brasileiro, a ampliação do processo de democratização da sociedade. Com a ruptura do regime militar, em 1979, começaram a surgir manifestações da sociedade civil que, de forma organizada, se engajou num amplo movimento de participação política.

Durante a década de 1980, a sociedade brasileira foi palco de um processo de revitalização da sociedade civil, que emergiu com a luta pela democratização do Estado e da sociedade. Esse período foi marcado por um movimento de conquistas democráticas que ganharam a cena pública como a organização de movimentos sociais em diferentes setores, o fortalecimento dos sindicatos, a visibilidade das demandas populares e a luta por direitos sociais (RAICHELIS, 2000).

No âmbito das universidades, registram-se alguns fatos significativos. Em 1981, é criada a Associação de Docentes de Ensino Superior (Andes) propondo, como temas centrais de reivindicação, a defesa do ensino público e gratuito, a autonomia e a democratização das universidades, a isonomia salarial e o regime único de trabalho.

Processo semelhante ocorre com os servidores técnico-administrativos que criam, ainda no início dos anos 1980, a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra). Quanto aos estudantes, cuja entidade representativa se encontrava na clandestinidade desde 1964 (Lei nº 4464, de 9/11/1964) tem a legalidade da UNE restabelecida em 1985 (Lei nº 7395, de 31/10/1985).

A luta nas Instituições de Ensino Superior (IES) pela mudança nas relações de poder tem significativo avanço com a implantação da consulta direta à comunidade universitária para escolha do reitor, apresentando processos diferenciados de uma instituição para outra.

Internamente, registram-se experiências de eleição em outros níveis administrativos, como direção de unidades acadêmicas, com participação dos diversos segmentos - professores, funcionários e alunos -, apontando para a consolidação de um processo de democratização interna nas universidades.

As discussões no meio acadêmico, nesse momento, giram em torno de dois eixos centrais: a autonomia universitária e o compromisso social da universidade

com os setores menos favorecidos da população. No bojo dessas discussões constitucionaliza-se o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, em 1988. Nesse clima torna-se possível e necessária a reflexão sobre o papel da universidade pública, criticada por estar mais a serviço de interesses de determinados grupos da sociedade - as classes dominantes e a elite dirigente, mais bem organizadas para reivindicar serviços à universidade - e do próprio Estado, do que de interesses do conjunto da população. Os questionamentos feitos no interior da própria instituição sobre os seus fins conduziram a um posicionamento sobre a sua função social enquanto "universidade pública num país cujas condições econômicas, culturais e políticas comprometem a plenitude do ser homem" (LOPES, 1990, p.77). A extensão universitária é então resgatada enquanto instrumento que vai possibilitar à universidade cumprir a sua função social. Repensar a extensão universitária enquanto atividade acadêmica significava colocá-la ao lado do ensino e da pesquisa como meio para democratizar o conhecimento produzido e ensinado na universidade e, ao mesmo tempo, possibilitar que esta universidade atendesse às demandas mais urgentes da população, na crítica e na reconstrução de uma sociedade mais justa.

No Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) e no próprio Ministério da Educação (MEC), registram-se discussões que conduziram à tomada de posições formais sobre a questão. O Crub propõe a realização, nas universidades, de discussão sobre problemas locais, regionais e nacionais, através de foros de debates, estudos interdisciplinares e pesquisas com a participação de estudantes, submetendo seus planos e programas à apreciação de lideranças comunitárias. Nesse sentido, elabora uma concepção de autonomia vinculada à ideia de compromisso social com a maioria da população. Nesse contexto, a extensão universitária veio, no dizer de Fagundes, "como um desdobramento dessa universidade que se queria autônoma e que pretendia colocar-se a serviço da sociedade" (FAGUNDES, 1985, p. 108).

O princípio da indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão passa a estar presente nas discussões e documentos elaborados tanto pela Andes, como pela UNE e a Fasubra.

Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil, no Cap. III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, Art. 207, consagra o princípio da indissociabilidade entre as atividades universitárias ao assegurar: "As universidades

gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Nesse contexto, surge um novo ator, que passa a desempenhar papel decisivo na conceituação, institucionalização e na definição de políticas de extensão para as IES públicas. É o Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, criado em 1987.

Esse fórum tem se caracterizado, ao longo de seus 25 anos de atuação, como um ator que vem buscando o entendimento como mecanismo de coordenação de sua ação. Dentre os pró-reitores de Extensão que articularam a criação do Fórum, encontram-se vários que participaram do movimento docente em suas IES e em nível nacional. As reflexões iniciais do Fórum refletem discussões dos movimentos acadêmicos e técnico-administrativos dos anos 1980. A indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, seria a base sobre a qual se redimensionaria a ação extensionista, superando a antiga visão de transmissão de conhecimento e assistencialismo¹. O Fórum veio atuar no sentido de estabelecer e consolidar o caráter acadêmico da extensão como instrumento de democratização do conhecimento produzido e como meio de cumprir a função social da universidade.

A criação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras²

A criação do Fórum de Pró-reitores de Extensão não pode ser vista como uma ação independente, isolada do contexto histórico-político do país, menos ainda como uma decisão governamental. A ação que culminou na sua criação foi, na verdade, fruto de um processo de articulação em nível nacional, a partir de discussões bastante semelhantes, em torno de temas comuns, que vinham ocorrendo nas universidades públicas de todo o país. Nas várias regiões começaram a se registrar, mesmo que de forma diferenciada, experiências que visavam a discussão e a articulação das universidades em torno da questão de sua relação com a sociedade.

¹ Ver a propósito FREIRE, 1988.

² Nome original do Fórum.

Nas universidades a disputa de poder interno é também um motivo que leva os pró-reitores de Extensão a se articularem em âmbito regional e, posteriormente, nacional, no sentido de se fortalecerem enquanto um grupo que tinha problemas e interesses bastante semelhantes.

Em dezembro de 1985, os dirigentes de extensão das Universidades Federais da Região Norte realizaram, em Manaus/AM, o Encontro de Pró-reitores de Extensão do Norte do País, com participação de representantes do MEC, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Projeto Rondon, tendo como tema central a integração da universidade no contexto regional. O entendimento se dá em torno da ideia central do comprometimento da universidade com a realidade amazônica, definindo uma atuação comprometida com as questões regionais.

O Documento Final, produzido no evento, assevera nesse sentido que a universidade, "por ser uma Instituição Educativa, o seu compromisso prioritário é o de ampliar o universo de percepção da população para com a sua problemática, assim como colaborar na busca de soluções para a superação dos problemas existentes".

Esse grupo passa a atuar como um fórum de extensão das universidades da Amazônia e elege como eixo básico de atuação a interiorização das universidades na formação de professores dos ensinos fundamental e médio, pois os dados indicavam um número muito pequeno de professores licenciados atuando nesses graus de ensino, o que era um impedimento à própria democratização do acesso à educação nesses estados. A interiorização foi a linha mestra para produzir um trabalho conjunto das universidades que desse uma feição regional a uma ação universitária.

Na Universidade Federal do Pará, encontrava-se, nessa época, em fase de implantação, o seu Projeto de Interiorização, com a criação de 40 cursos de graduação em oito *campi* universitários instalados em municípios polo do Estado. Prosseguindo a articulação iniciada em Manaus, durante os primeiros meses de 1986, o grupo de pró-reitores trabalhou na elaboração de um projeto comum, envolvendo todas as IES públicas da região: o Projeto Norte de Interiorização. Cada uma das universidades definiu suas metas de interiorização e implementou o projeto de forma diferenciada.

A região nordeste é a primeira a criar formalmente um fórum de pró-reitores. Em abril de 1987, durante a realização do I Encontro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste, em Aracaju / SE, com participação de representantes de todas as IES da região, é criado o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste. Este encontro tinha como objetivo principal a implementação do Projeto Circuito Universitário de Cultura e Arte do Nordeste (Cuca). Sendo este um espaço onde os dirigentes da extensão se reuniam para discutir uma questão de interesse comum das universidades - a definição de políticas na área cultural para as IPES nordestinas - representava oportunidade propícia à criação de um fórum regional de pró-reitores.

A ata da sua criação e instalação registra como seus objetivos,

contribuir para a formulação de diretrizes básicas de uma política de extensão que seja comum às Universidades da Região; gerenciar meios que possam garantir melhor integração das ações extensionistas das Universidades. (Fórum de Pró-reitores de Extensão Nordeste, 1991, p. 9).

Ainda durante o ano de 1987, no mês de setembro, realiza-se o segundo fórum do Nordeste, cujo documento final se intitulou **Carta de Fortaleza**. Recomenda o fortalecimento dos fóruns regionais e aponta para a necessidade da criação de um fórum nacional.

Na região sudeste foi realizado um encontro regional, em setembro de 1987, em Ouro Preto, que contou com a participação dos pró-reitores ou ocupantes de cargos congêneres da quase totalidade das universidades públicas da região sudeste, federais e estaduais. No encontro, que teve como temas o conceito, a institucionalização e o financiamento da extensão, foi criado o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas da Região Sudeste. As discussões conduziram à elaboração de um documento chamado **Carta de Ouro Preto**.

Quanto à região sul, registra-se a ocorrência regular dos Seminários de Extensão Universitária da Região Sul / SEURS, já no início da década de 1980, em encontros anuais onde se divulgava a extensão das universidades.

O primeiro deles realiza-se em Curitiba, em agosto de 1983, registrando dentre seus objetivos o estabelecimento de uma maior integração entre as IES da região sul, a fim de possibilitar um intercâmbio entre os interesses didático-pedagógicos das instituições e as necessidades de desenvolvimento regional.

Dentre os temas debatidos no evento figuram a "Conceituação de extensão universitária" e "Política de extensão universitária do MEC". Tanto a questão da conceituação quanto a cobrança ao MEC da definição de uma política de extensão são temas presentes nas discussões acadêmicas em universidades das outras regiões do país.

A análise dos documentos apresentados, referentes às quatro regiões, mostra que os do norte e do nordeste vêm carregados de forte apelo regional. Na região norte em torno da interiorização das universidades públicas, em ações de qualificação de professores para os ensinos fundamental e médio, e na região nordeste, em torno do eixo da cultura. Ambas, trazem como temas o resgate dos valores da cultura e do saber regionais; os documentos das regiões sudeste e sul trazem a marca do compromisso com a sociedade local.

Havia já o entendimento entre os participantes desses grupos de que era necessário que os pró-reitores de Extensão de todo o país pudessem conversar, trocar experiências e informações. Assim, nos dias 4 e 5 de novembro de 1987 realiza-se, em Brasília, promovido pela UNB, o **I Encontro de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**, com a participação de representantes de 33 universidades públicas, federais e estaduais. Neste evento cria-se o **Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**, estruturado com uma Coordenação Nacional e cinco Coordenações Regionais, respectivamente: Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Define-se que a coordenação provisória do Fórum seria colegiada, formada por cinco pró-reitores representando cada uma das regiões.

Elabora-se o Regimento do Fórum que foi discutido durante as reuniões regionais e posteriormente aprovado em plenária, realizada em 24 de maio de 1988, durante o II Encontro, em Belo Horizonte.

Os objetivos definidos no Regimento do Fórum podem ser agrupados em três linhas amplas: a formulação de políticas e diretrizes de atuação na área de extensão universitária visando a articulação e o fortalecimento das ações entre as IES públicas, em níveis regional e nacional; a articulação com órgãos como o Crub³, os fóruns de pró-reitores de Ensino e de pró-reitores de Pesquisa e de Pós-Graduação,

³ Observe-se que a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem) ainda não haviam sido criadas.

além de contato com órgãos governamentais e da sociedade de modo geral; a divulgação das atividades de extensão realizadas pelas universidades públicas. Todos estes objetivos derivam da **proposta central da criação do Fórum Nacional que é a elaboração da política de extensão para as IES públicas brasileiras.**

A criação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Extensão se deu em função de uma necessidade institucional. No sistema de ensino superior público do país as atividades de ensino- seja de graduação ou de pós-graduação - e a pesquisa contavam com políticas próprias, com financiadores e interlocutores institucionais, seja no MEC ou no Ministério de Ciência e Tecnologia. A extensão realizava-se de forma bastante diferenciada nas universidades, carecendo de institucionalizar-se internamente. Além disso, não contava com uma política nacional que estabelecesse diretrizes gerais para seu desenvolvimento, nem com financiamento para suas atividades, e nem mesmo com interlocutores formais no MEC.

Neste sentido, a principal questão para o Fórum foi a elaboração de políticas de extensão para as universidades públicas brasileiras. Na sua criação, já figuram como consenso entre seus membros questões fundamentais para a formulação de diretrizes políticas. O entendimento para a definição dessas políticas se daria baseado em um conjunto de ideias consensuais que podem ser apreendidas nos documentos dos fóruns regionais, nas reuniões que antecederam a criação do Fórum Nacional. São elas:

- função social da universidade, entendida como compromisso da instituição pública na busca de soluções para os graves problemas sociais que afligem a grande maioria da população. A extensão é vista como instrumento básico para realizar a função social da universidade;
- institucionalização da extensão seja internamente nas próprias universidades, seja no MEC;
- indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão como componentes do processo acadêmico;
- o caráter interdisciplinar da atividade extensionista a ser incentivado;
- financiamento da ação extensionista nas IES públicas como responsabilidade governamental, garantida a autonomia das instituições;
- importância do processo de troca entre os saberes acadêmico e popular na produção do conhecimento.

A análise da atuação do Fórum, em sua fase de criação, baseada no estudo dos documentos produzidos à época, permite apreensão dos consensos, que resultaram de uma ação coletiva voltada ao entendimento para a definição de políticas de atuação, não sendo possível conhecer os interesses individuais, subjetivos, dos quais os atores precisaram abrir mão para chegar ao consenso. O relato de alguns pró-reitores que tiveram participação ativa na criação do Fórum confirma que o clima entre eles era de extrema cooperação.

A análise de Nilson Pinto de Oliveira / UFPA, um dos articuladores da criação do Fórum, sobre este processo, pode ser apreendida de alguns trechos pinçados de sua fala:

Quando nós criamos o Fórum não queríamos que aquele movimento fosse um movimento que se isolasse da vida da universidade como um todo. Pelo contrário, o próprio conceito de extensão que nós desenvolvemos tinha tudo a ver com o envolvimento do ensino, da pesquisa com as questões gerais da sociedade (...) Era a criação de um Fórum que discutisse as questões relevantes da extensão, com a pretensão de influenciar claramente o ensino e a pesquisa (...) O clima entre os pró-reitores era de absoluta cooperação (...) A extensão era uma ação que integrava, articulava o ensino e a pesquisa, trazendo-os cada vez mais para perto da realidade. E havia mesmo, pela maior parte dos pró-reitores, o entendimento de que se nós conseguíssemos que a universidade fizesse um ensino e uma pesquisa de tal forma articulada com a sociedade, a extensão deixaria de existir como função da universidade⁴.

A criação do Fórum Nacional é feita por grupos que tinham interesses comuns, mas também interesses divergentes. A análise dos documentos que registram os encontros regionais de pró-reitores de Extensão que antecederam o I Encontro Nacional, quando se criou o Fórum, permite apreender quais eram os pontos defendidos nas regionais e que foram assumidos como consenso em nível nacional. Ao mesmo tempo, permite verificar que, muitas vezes, interesses defendidos pelos grupos ficaram fora das diretrizes nacionais.

Os documentos finais das reuniões das regiões norte, nordeste e sudeste que antecederam a criação do Fórum defendem o compromisso social da universidade, a institucionalização da extensão, nas IES e no MEC, a indissociabilidade entre as atividades de ensino, extensão e pesquisa e o financiamento das ações de extensão. Norte e sudeste defendem a troca de saberes acadêmico e popular, o

⁴ Trecho extraído de entrevista concedida em julho de 1998. Observe-se que esta última ideia, presente na criação do Fórum, reaparece no IV Encontro, realizado 1990 e em BOTOMÉ, 1996.

norte defende ainda a interdisciplinaridade e o nordeste propõe a criação do Fórum Nacional. Todos estes princípios e propostas são contemplados nos documentos iniciais do Fórum. A autonomia e a avaliação que eram defendidas, respectivamente, nos documentos da região norte e nordeste, são contempladas em documentos posteriores. Portanto, o entendimento se deu em torno de basicamente todas as propostas regionais.

Considerações Finais

A análise da trajetória do Fórum identifica quais ideias permanecem, quais as diretrizes acadêmicas e políticas baseadas em princípios que se confirmaram no discurso e nos documentos elaborados posteriormente. Está presente um ir e vir de ideias que desaparecem, reaparecem como temas recorrentes ou que foram problematizados e sobre os quais se chegou a um consenso. Este é o caso, por exemplo, dos princípios da interdisciplinaridade e da indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Outros temas, no entanto, voltam sempre a ser discutidos nos encontros do Fórum, como a organização das áreas temáticas, indicando, possivelmente, que além de dificuldades na operacionalização das diretrizes, há necessidade de revisão e atualização em função das novas políticas públicas.

Diante desses aspectos, permite-se afirmar que o Fórum de Pró-reitores de Extensão é um ator em permanente construção, reconhecido no meio acadêmico, na esfera da administração federal, por entidades públicas e privadas, como um interlocutor privilegiado no debate sobre a extensão. Em suas reuniões formais tem sido usual que representantes de programas desenvolvidos por diversos ministérios solicitem espaço para expor seus programas e propor que o Fórum seja o intermediador, ou mesmo assuma o desenvolvimento dos respectivos projetos em suas universidades. Como um ator social sofre pressões e, ao se posicionar frente a elas, se fortalece em função de suas orientações.

Sendo um ator em construção, o Fórum apresenta fragilidades. A principal delas está ligada à sua renovação. O processo administrativo acadêmico, com mandatos de duração definida, conduz a um rodízio entre os componentes do Fórum. Se, por um lado, esta renovação possibilita novas ideias e novas formas de interpretação, por outro lado, dificulta a continuidade do trabalho do ator. Há sempre

um recomeço, as diretrizes consensuais precisam ser retomadas periodicamente. A maior dificuldade, neste sentido, parece ser o repasse das informações dentro das próprias IES, dos pró-reitores para seus sucessores. Como consequência disso, temas já problematizados no Fórum, já discutidos e sobre os quais já se chegou a um consenso, por vezes retornam.

Outra fragilidade pode ser percebida com relação à atuação dos pró-reitores em suas respectivas universidades. A expectativa do Fórum é de que seus membros atuem em suas instituições no sentido de divulgar as decisões do Fórum, de defender e assumir a implantação da política proposta seja internamente, seja na discussão com parceiros do sistema público em suas diversas esferas e a sociedade de modo geral. Defende-se que as propostas do Fórum, definidas em nível nacional, sejam suporte para fortalecer a ação da extensão em cada universidade.

Desde sua criação, o Fórum, pode-se dizer, vem se constituindo por meio dos encontros, das reuniões, dos embates, na busca de recursos em vários ministérios, na definição de diretrizes, na tentativa de implantação das mesmas, nas alianças e na solução dos conflitos. O Fórum, como ator social, tem consciência de que precisa interferir na política acadêmica nacional.

Referências

BRASIL. Lei n. 4464 - 09 nov. 1964, Lei Suplicy que extingue a UNE.

_____. Lei n. 7395 - 31 out. 1985.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.

BOTOMÉ, S. P. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996

FAGUNDES, José. *Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas*. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. *Da Universidade "Modernizada" à Universidade Disciplinada*. Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. (série Universidade).

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *A extensão universitária no Brasil: contribuição ao diagnóstico - Etapa I*. Editora Universitária UFPA. Belém: 1992.

_____. Boletim Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Ano 1. Agosto, 1994 b., Nº 4.

_____. Boletim Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Ano 1. Outubro, 1994 c., Nº 5.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO NORDESTE. *Documentos Finais: contribuição ao estudo dos Fóruns Regionais*. São Luiz: Augusta, 1991.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA REGIÃO NORTE. *A extensão Universitária na Amazônia: Por uma política regional II*. Seminário Regional de Extensão, Macapá: Unifap, 1995

_____. *Carta de Porto Velho*, III Seminário Regional de Extensão da Região Norte, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho: 1995.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA REGIÃO SUDESTE. *Carta de Ouro Preto*, Boletim UFMG, Ano 14. Nº. 733

_____. *Ata do XV Encontro da Regional Sudeste*. nov. 1997 (mimeo).

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GARRAFA, Volnei. *Extensão: a universidade construindo saber e cidadania: Relatório de atividades 1987/1988*. Brasília: Ed. UNB, 1989. 124p

GURGEL, Roberto Mauro. *Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação?*. São Paulo: Cortez UFCE, 1986.

LOPES, Maria Izabel de Souza. *Algumas considerações acerca da construção de uma metodologia para a extensão universitária*. In: IV Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, Florianópolis: Editora UFSC, 1990.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). *Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1997-2000. Belo Horizonte: Proex/UFMG; O Fórum, 2000, 196p.

_____. *Políticas de extensão universitária brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135p.

REIS, Renato Hilário. *A conceituação de Extensão Universitária*. In: *Educação Brasileira*. Brasília, v.6 n. 12, 1984.

RAICHELIS, Raquel. *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. 2.ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000

SAVIANI, Demerval. Extensão Universitária: uma abordagem não-extensionista. In: _____. *Ensino Público e algumas falas sobre Universidade*. São Paulo: Cortez, 1984. (Coleção Polêmicas do nosso tempo).

SOUZA, Ana Luiza Lima. *A História da Extensão Universitária*. Campinas: Alínea, 2000.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. *Extensão Universitária: novo paradigma de universidade?*. Maceió: Edufal, 1997.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, Sub-Reitoria para Extensão. *Conclusão do Encontro de Pró-Reitores de Extensão do Norte do País*. Manaus: 1986. (mimeo)

_____. *Recomendações do IV Seminário de Extensão das Universidades da Região Norte*. Manaus. 1987. (mimeo)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. *Projeto de Interiorização da Universidade Federal do Pará*. Belém. 1985.